

REALEZA, SOLIDARIEDADE NOBILIÁRQUICA E IMAGINÁRIO CAVALEIRESCO NA IDADE MÉDIA PORTUGUESA (Séc. XIII-XIV)¹

José D'Assunção Barros

Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense.
Professor dos cursos de Graduação e Mestrado em História
da Universidade Severino Sombra.

Resumo

Este artigo, remetendo à Idade Média portuguesa, visa discutir a partir dessas fontes específicas que são os “livros de linhagem”, uma das mais importantes questões do período: as relações entre Nobreza e Realeza. O problema específico que permitirá examinar essas relações é o da construção discursiva de um certo imaginário cavaleiresco que encontra sua projeção em algumas das narrativas incluídas nos livros de linhagens portugueses dos séculos XIII e XIV. A análise de narrativas específicas permitirá examinar as diversas questões envolvidas nas relações entre a realeza e a nobreza medieval.

Palavras-Chave: operação genealógica; narrativa medieval; texto genealógico;

ROYALTY, ARISTOCRATHIC SOLIDARITY AND KNIGHTS IMAGINARY IN THE PORTUGUESE MIDDLE AGES (centuries XII-XIV)

Abstract

This article, referring to de Portuguese Middle Ages, aims at discuss, trough these specially fonts that are the ancestral books, one of the most important questions of the period: the relations between the Nobility and the Kingdom. The specifically problem that Will allow to examine these relations is the problem of the building of a knight's imaginary that finds is projection in some narratives included in the Portuguese ancestral books of the XIII and XIV centuries. The analysis of specific narratives Will allow examining the diverse question in the relations of the kingdom with the nobility.

Keywords: genealogic operation; medieval narrative; genealogic text;

¹ O texto que aqui se apresenta faz parte de uma Pesquisa intitulada “O imaginário Cavaleiresco através das fontes narrativas e genealógicas de Portugal nos séculos XIII e XIV”, desenvolvida junto ao Real Gabinete Português de Leitura (Rio de Janeiro) com o apoio da “Fundação Caloust Gulbenkian” de Lisboa.

Introdução

Realeza e Nobreza, no período medieval, constituíram duas forças sociais que frequentemente alternaram, em sua mútua e necessária interação, o conflito e a solidariedade. O Rei, costumavam-lhe lembrar, era em última instância também um nobre – o primeiro entre os nobres. As fontes narrativas de origens nobiliárquicas – e este era também o caso das genealogias e dos “livros de linhagens” que analisaremos no presente artigo – costumavam construir com algum detalhamento a idéia de um rei que deveria assumir determinadas funções na sociedade, como a de “mediador social” e a de “pacificador de conflitos”. Esperava-se do rei a liderança relativa a todos os cavaleiros e, em última estância, um acurado esmero em encaminhar a promoção da “solidariedade nobiliárquica”.

Quando falamos em “solidariedade nobiliárquica” para o período medieval, devemos ter sempre em mente que esse conceito ultrapassa o âmbito da associação intervassálica, embora este último circuito esteja frequentemente imbricado no primeiro. Assim, é em nome da solidariedade, ou da “amizade entre todos os nobres”, que o Conde D. Pedro – o organizador de um dos principais livros de linhagens da Idade Média Portuguesa² - constrói uma das justificativas para a redação do seu *Livro de Linhagens*. Associações intervassálicas, mas não apenas estas, como também as solidariedades de parentesco, as afinidades interlinhagísticas, a ajuda de um nobre a outro em dificuldades, ou solidariedade mútua dos nobres pelo simples fato de pertencerem à mesma nobreza - todas essas idéias são cuidadosamente cultivadas nos nobiliários.

Tais idéias reconstróem também uma certa imagem de rei. De saída, os nobiliários não se cansam de lembrar aos reis e aos demais leitores-ouvintes o quanto os reis peninsulares devem aos nobres a conquista da Espanha aos mouros, ou o quanto lhes deve Afonso Henriques a consolidação do reino de Portugal, ou o quanto lhes devem os demais governantes ibéricos os seus sucessos particulares e específicos. O próprio “Prólogo” do Livro de Linhagens, já o fizemos notar, explicita a determinada altura a função de lembrar aos reis a dívida que eles teriam para com os nobres, sobretudo no que se refere à conquista da Espanha aos mouros (LL, “Prólogo”, 10)³. Implicitamente, o mesmo Prólogo expressa as ideias de que os reis também são nobres inscritos no mesmo livro e no mesmo circuito de solidariedades.

É assim que, pouco depois do lembrete acerca da dívida régia para com a nobreza, o Conde não perde a oportunidade de assinalar a unidade matricial entre nobreza e realiza – mostrando que casas reais e casas nobres remetem-se mutuamente, já que descendem umas das outras (ideia que é concretamente defendida em diversas oportunidades do livro com a própria

² OS livros de linhagens foram compilados em momentos diversos entre o século XIII e XIV, sofrendo sucessivas interpolações até assumirem sua forma definitiva. São conhecidos basicamente três livros de linhagens: *O Livro Velho* (LV), *Livro do Deão* (LD), e o *Livro de linhagens do Conde D. Pedro*, que aqui chamaremos de *Livro de Linhagens* (LL). Os períodos presumíveis para as suas compilações vão de 1282 a 1290 para o LV, de 1290 a 1343 para o LD, e de 1340 a 1343 para o LL. As três fontes já possuem edições diplomáticas importantes. 1 – *Livros Velhos de Linhagens*. (incluindo o “Livro Velho” e o Livro do Deão”) e 2 – *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* (Mattoso e Piel, 1980).

³ *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*. (1980) Ed. José Mattoso. “Nova série” dos *Portugaliae Monumenta Histórica*. Lisboa: A.C.I. Prólogo. 3.

⁴ Com esta matriz textual exposta no prólogo, diversas narrativas no decorrer do livro estabelecem uma intertextualidade implícita. Veja-se, por exemplo, um fragmento particularmente significativo da narrativa sobre “Rodrigo Froiaz de Trastâmara” (LL 21G7-77) – em que, logo depois de auxiliar um monarca a recuperar os seus direitos, o nobre inicia um diálogo com o rei: “Disse enton dom Rodrigo Froiaz: ‘Senhor, sodes entregue de vosso irmão, que vos queria deserdar do reino?’ Disse el rei: ‘Sin, som. Dom Rodrigo Froiaz lhe disse: ‘Gradecende-o a Deus e a estes boos fidalgos de Portugal, que sempre foram boos aos senhores e amaram a verdade’. Beijou-lhe entom a mão e encomendou a alma a Deus, e morreo ante que El rei d’i partisse”.

enumeração nobiliárquica). Essa unidade matricial, coerentemente, remete a uma solidariedade natural entre o rei e os nobres (LL, “Prólogo”, 13):

Nobreza e realeza constituem em único corpo. Os objetivos de enfatizar esta leitura particular, em oposição àquela que separa o rei da nobreza como uma ‘cabeça’ que se destaca do corpo, são evidentes no próprio frontispício do título do livro de linhagens que descreve os reis de Portugal. Assim, a seção descritiva dos reis portugueses (tit.VII) é organizada de maneira bem distinta em relação aos títulos anteriores que falam de linhagens régias de outros países e tempos. Nesses, as indicações de títulos sempre enfatizam e destacam a referência da realeza como organizadora do texto que lhes segue. São típicas deste caso as indicações que encabeçam os títulos III e VI: “ Dos reis Gentis que foram senhores da Pérsia e de Roma”, “Dos reis que foram de Castela”, “Dos reis de Navarra, como vem seu linhagem”, “ Da linhagem dos reis de França que foram antes de Charles Mayne”. Já na seção relativa às dos reis de Portugal, o enfoque de leitura é outro, organizando-se a linhagem de reis portugueses a partir de uma figura de nobre que não é sequer a do pai de Afonso Henrique, mas uma figura nobiliárquica bastante anterior. “Do Conde Dom Monido, donde descendem os reis de Portugal de uma parte, procedendo ao diante, e dos outros que dele descenderom”. Deste conde, oriundo da “linhagem dos Gobos”, e de outros cinco cavaleiros que com ele aportam na Galícia, descendem não apenas os reis de Portugal como também cinco grandes ramos nobiliárquicos portugueses.⁵

Da mesma forma que são enfatizados os vínculos naturais e orgânicos entre nobreza e realeza, no plano sócio-funcional o “ofício cavaleiresco” e o “ofício régio”, conforme já tivemos oportunidade de verificar, imbricam-se nas várias narrativas por intermédio de um ideário comum ao qual nem mesmo os imperadores podem escapar. Mas é talvez no aspecto da ‘intervassalidade’ que se procura estabelecer uma ligação ainda mais forte entre o rei e os nobres dos livros de linhagens. Neste sentido, a importância de aprisionar plenamente a idéia de rei no circuito intervassálico é tal para os cronistas do nobiliário, que o sistema medieval de suserania e vassalagem é livremente exportado para os períodos antigos, por exemplo no título inicial do nobiliário em que se fala dos reis de Jerusalém. Ali, é possível identificar passagens como esta:

“E sahio Josias aa carreira e morreo no campo de Majedom. E aduserom-se seus vassalos e soterraram-se em Jerusalém” (LL 1F23)

Enfatizar o vínculo vassálico entre o rei e os nobres coloca porém novos problemas para a nobreza. Vejamos como esta questão aparece nas narrativas enquadráveis no circuito da ‘transgressão cavaleiresca’. O episódio de deposição de Sancho II, quando diversos castelãos

⁵ O trecho acha-se reproduzido em II.4 (“E por esta materea seeer mais crara...”).

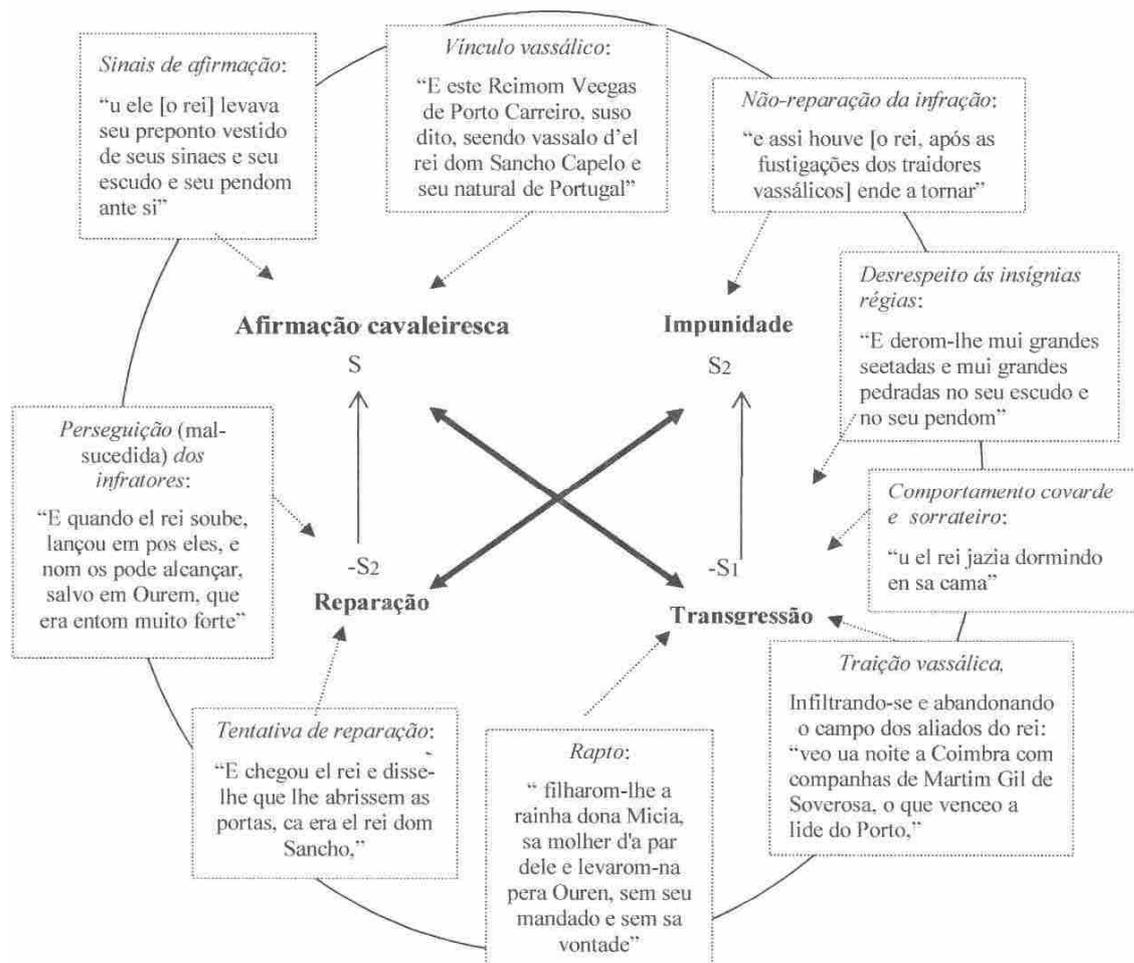
⁶ É frequentemente a incidência, no material narrativo do nobiliário, de menções a realeza que descendem de casas nobres e de casas nobres que descendem de realezas. Na narrativa sobre “Rodrigo Froiaz de Translâmara”, citada na nota anterior, registram-se passagens como esta: “E o conde dom Pedro Froiaz, seu irmão desde dom Rodrigo Froiaz, donde vêm os reis de Portugal, disse...” (LL21G7-74). Naturalmente que o imbrincamento entre realeza e nobreza é óbvio na realidade extra-literária, mas o que chama atenção no nobiliário é precisamente a necessidade do cronista de enfatizar a cada instante estas mútuas interdependências e inter-relações, e particularmente nos momentos em que lhe interessa enaltecer a figura de um nobre português ou ibérico específico como representante idealizado de toda uma geração de classe. Do Cide, por exemplo, se diz que sua filha casou com o rei Ramiro deixando uma grande descendência, “ em tal maneira que quantos reis ha hoje em Espanha e em França e Inglaterra, todos vem del, e em outro reinos mais longe” (LL 8C8-26). O nobre Rui Dias Bivar transformou-se, consoante esta leitura, em uma espécie de matriz nobiliárquica e régia de toda a cristandade.

romperam injustificadamente suas obrigações vassálicas para com o antigo rei, ofereceu aos nobiliários oportunidades exemplares para focar a ‘traição vassálica’, mas também para repensar as relações entre nobreza e realeza no âmbito do circuito de suserania e vassalagem. Uma destas narrativas é a que se refere a “Raimundo Portocarreiro”.

“E este Reimom Veegas de Porto Carreiro, susto dito, sendo vassalo d’el rei dom Sancho Capelo e seu natural de Portugal, veu ua noite a Coimbra com campanhas de Martin Gil de Soverosa, o que venceu a lide do Porto, u El rei jazia dormindo em as cama e filharom-lhe a rainha dona Micia, sa molher d’a par dele e levamrom-na pêra Ouren, sem seu mandado e sem as vontade. E quando El rei soube, lançou em pos eles, e noim os pode alçar, salvo em Ourem, que era entom muito forte, e tinha-o a rainha dona Micia, suso dita, em arras. E chegou El rei e disse-lhe que abrisse as portas, Ca era elk rei dom Sancho, u ele levava seu prepono vestido de seus sinaes e seu escudo e seu pendom ante si. E derom-lhe mui grandes seetadas e mui grandes pedradas no seu escudo e no seu pedom, e assi houve ente a tornar” (LL 43F5)

A narrativa insere-se no habitual quadro de percursos não cavaleiresco. Raimundo Portocarreiro era vassalo direto do rei D. Sancho II de Portugal. Com a crise de 1248, resolve passar-se de maneira oportunista para o lado do bloco apoiante do Afonso III - que rigorosamente pode ser considerado um usurpador do trono, embora para o encaminhamento de seu projeto tenham sido estabelecidas várias articulações políticas que incluem até mesmo o apoio papal. A tomada do trono português será mais tarde legitimada por mil artifícios. Os próprios livros de linhagens oferecem algum contributo para a justificativa da usurpação ao delinear a segunda metade do reinado de Sancho II como um desgoverno que já não conseguia manter a ordem social.

Apesar disso, nenhuma narrativa linhagística e nenhuma cantiga trovadoresca abonam as várias traições vassálicas que ocorreram nesse período, pois há regras e normas bem definidas para a suspensão dos vínculos vassálicos que devem ser buscadas dentro da ética cavaleiresca. Existe por exemplo uma famosa narrativa do livro de linhagens (“O Alcaide de Celorico”, LL 65Q-6) que se tornou um verdadeiro modelo de comportamento dentro do âmbito cavaleiresco, esforçando-se obstinadamente o protagonista nobre por resolver dentro dos ditames aceitos as pendências intervassálicas. De alguma maneira, todas as narrativas linguagísticas sobre ‘traições vassálicas’ dialogam intertextualmente com essa ou outras narrativas de comportamento modelar. Dentro desse quadro maior, a ‘Traição de Portocarreiro’ é mais um dos vários relatos sobre transgressores vassálicos, enquadrando-se no caso típico de narrativas que são interrompidas no âmbito da transgressão cavaleiresca sem percurso de volta. Nesses casos, a depreciação explícita do transgressor no âmbito literário é o que resta para contrabalançar a impunidade da contração. O nobiliário cumpre, assim, a sua função de resgatar no plano da depreciação literária o que ficou impune na realidade extra-literária.



Quadro 1: Quadrado Semiótica sobre a "Traição de Portocarreiro"

Essa necessidade literária de depreciação implica ocasionalmente algumas estratégias retóricas. Para já nos referimos ao relato que ora abordamos, deve ficar claro que a narrativa não envolve apenas a traição vassálica pela entrega de posições militares aos inimigos do suserano. Ela adicionalmente descreve mais um caso de rapto, desta vez perpetrado contra a própria esposa do rei. O que é mais interessante nesta narativa é precisamente o registro da pratica literária de 'depreciação múltipla', tão recorrente para o caso de desmerecimento linhagístico de traidores vassálicos. Para reforçar o caráter negativo do vilão cavaleiresco, o cronista chama atenção para uma série de outras informações que estabelecem definitivamente o perfil do recalcitrante como um 'mau nobre'. Assim a traição vassálica vem acompanhada do rapto, do comportamento sorrateiro, e do desrespeito às insígnias régias. Organizaremos os enunciados em um quadrado semiótico que buscará relacionar os aspectos da transgressão e da impunidade.

Conforme poderemos ver no 'Quadro I', as tentativas de reparação permanecem no plano das intenções, e a impunidade dos traidores vassálicos e infratores cavaleirescos encerra a narrativa. Será necessário esclarecer, contudo, alguns pontos essenciais bem conhecidos dos

leitores-ouvintes nos nobiliários, sem os quais não podemos compreender satisfatoriamente o texto. Começamos delineando os personagens que aparecem no relato.

Raimundo Portocarreiro estava antes da crise de 1245 inserido no âmbito intervassálico de Sancho II. A narrativa, aliás, imobiliza o momento exato da sua passagem para o campo oposto. Basta lembrar que Martim Gil de Soverosa era o grande chefe militar do rei que seria deposto, tendo vencido em duas oportunidades coligações de nobres revoltosos contra o rei português⁷. Uma dessas vitórias é mencionada na narrativa, enaltecendo de passagem a figura cavaleiresca desse grande valido de Sancho II que “vencera as lides de Porto”. Ora. É acompanhado o sequito do valido real que Raimundo Portocarreiro chega a Coimbra – cidade que naquela ocasião consistia no grande foco de resistência contra a usurpação de Afonso III. Portanto, se é que Portocarreiro não se infiltra ou permanece com segundas intenções no campo do rei deposto, a certa altura resolve passar sorrateiramente para o campo do inimigo. Finge-se de aliado para, durante a noite, realizar sua traição contra o rei e contra o circuito vassálico ao qual até então propunha estar integrado. A mentira e a falsidade, dessa forma, assomam-se ao conjunto de infrações cavaleirescas já mencionadas para essa narrativa.

Outro lado importante é que Raimundo Portocarreiro era irmão do arcebispo de Braga, um dos grandes eclesiásticos portugueses que havia formado uma comissão para solicitar ao papa Inocêncio IV a recomendação para a deposição de Sancho II – o que de fato ocorre com a bula *Grandi nom immerito* que nomeia Afonso III curador do reino e propõe a deposição do antigo governante como *rex inutilis*. Dessa forma, a traição começa a se delinear como um crime cavaleiresco algo premeditado, e não como uma decisão tomada repentinamente.

A figura de Dona Mécia de Haro, ligada a uma das linhagens mais importantes de Castela e esposa do rei português, também tem sido objeto de controvérsias. Alguns historiadores, entre os quais Alexandre Herculano, têm sustentado a hipótese de que o rapto poderia realizar seu plano em pleno Paço de Coimbra sem despertar nenhuma atenção (conforme a narrativa assinala, só depois o rei percebe o ocorrido, não conseguindo por isso alcançá-los na sua fuga para Ourém). A julgar por essa hipótese, a rainha também seria uma transgressora. Um dado adicional, registrado pelo historiador José Mattoso⁸, é que já há mais de um ano o Papa havia declarado nulo o casamento entre Dom Sancho II e Dona Mécia por questões de parentesco próximo (o que dilui um pouco o aspecto danoso produzido pelo rapto, com a idéia de que a rainha não era legitimamente casada com o rei).

Nada disso, contudo, é mencionado na narrativa sobre a “Traição de Portocarreiro”. A menção destas informações contribuiria naturalmente para atenuar o perfil anti-cavaleiresco da ação de Portocarreiro, o que já vimos corresponder precisamente ao oposto do conjunto de intenções e estratégias narrativas que são encaminhadas para depreciar ainda mais acentuadamente a figura do traidor vassálico Raimundo Portocarreiro. Assim sendo, a narrativa esforça-se por isentar a rainha dona Mécia de qualquer conivência com o raptor (“e levarom-na

⁷ MATTOSO, José. “Ourém e Dona Mécia Lopes de Haro” In: *A Nobreza Medieval Portuguesa*. p. 283.

⁸ MATTOSO, José. “Ourém e Dona Mécia Lopes de Haro”. Op.cit. p 285.

pêra Ourém sem seu mandado e sem as vontade”). Para os nossos propósitos, importa muito pouco verificar a veracidade de uma hipótese ou outra. Nosso objetivo é abordar essa narrativa que vimos ser perfeitamente enquadrável na rede temática da transgressão cavaleiresca, independente do que tenha ocorrido de fato na realidade extra-literária. Passaremos a considerar, portanto, os aspectos que nos interessam mais diretamente.

As transgressões coadjuvantes que se juntam à traição vassalica perpetrada contra o rei suserano são talvez o detalhe mais revelador na narrativa sobre a traição de Portocarreiro. Rapto, comportamento sorrateiro, desrespeito às insígnias sacralizadas do rei, mentira, falsidade e covardia – nada falta a esse verdadeiro contra modelo cavaleiresco que é construído cuidadosamente a partir da figura literária de Raimundo Portocarreiro.

O rapto, para o período medieval e para a sociedade nobiliárquica em especial, é uma transgressão já por demais óbvia nos seus efeitos depreciativos, particularmente sobressalentes nessa economia medieval onde a mulher representa o objeto maior da autoridade masculina mais íntima – isto sem contar que, em muitos casos, a mulher é também uma moeda linhagística fundamental para selar acordos entre famílias e linhagens. Assim, roubar uma mulher solteira ou viúva é desde já subtrair um bem patrimonial a detentores passados e futuros, e é simultaneamente interferir nos planos de acordos familiares já eventualmente selados pelas autoridades masculinas das duas famílias envolvidas. Mas roubar uma mulher casada é já uma afronta direta, implicando depreciar frontalmente o marido e em deixar em suspenso a sua honra enquanto o crime não for reparado. Roubar a mulher casada com o suserano a quem se deve obrigações feudais, por fim, é literalmente vil na ética cavaleiresca.

O ‘comportamento sorrateiro’, da mesma forma, tende a ser radicalmente depreciado no imaginário cavaleiresco, e de maneira particular expressiva nos relatos linhagísticos. Constitui-se em uma exceção notável a essa regra, onde o rei age sorrateiramente sem trazer com isto uma carga depreciativa (“Rei Ramiro em Gaia”). Mas aqui já estaremos no terceiro campos do imaginário régio, no qual o rei precisamente “transcende” o imaginário cavaleiresco corrente, indo buscar modelos de comportamento em uma antiguidade heróica com outros parâmetros que não os do habitual heroísmo medieval. Mas a verdade é que não faltam nos nobiliários e cancioneiros do período bastante claros de depreciação do comportamento sorrateiro, inclusive movidos contra figuras régias, como na CBN 1330 (a primeira cantiga galego-portuguesa conhecida) na qual o rei de Navarra é depreciado precisamente por suas incursões de rapina na calada da noite⁹. Mesmo um relato já clássico de artil empregado para vencer uma guerra, como o famoso caso do “Cavalo de Troia” (que se encontra na sua versão na LL2A7), mostra-se depreciado no nobiliário do Conde D. Pedro – em que se menciona que a cidade é conquistada mais “per gram arte e per grande

⁹ Não é a toa que o mesmo *Livro de Linhagens do Conde Dom Pedro* apropria-se em outra oportunidade de uma narrativa arturiana, particularmente eloqüente no tocante à mesma questão: “Este Mordech, que havia a terra em guarda de rei Artur e as molher, quando el rei foi fora da terra, alçou-see com ela e quis-lhe jazer com a molher” (LL 2E3). O peso de tal traição é reconhecido até mesmo pelo vilão infrator: “e acordou-se Moedech que havia feito gram traçom, e se entrasse na batalha que seria vencido”.

¹⁰ Acantiga a que nos referimos é atribuída a João Soares de Paiva, e também se encontra registrada no *Cancioneiro da Vaticana* sob o número 437

engano de traição que i houve feita” do que por heroísmo dos gregos.¹¹ Assim, pode dizer que, de uma maneira geral, a atuação artilosa e sorrateira é habitualmente depreciada nos livros de linhagens. De maneira contrária, o nobre que age as claras, e que exclui de suas práticas quaisquer recursos sorrateiros ou traiçoeiros, encontra-se sempre no âmbito cavaleiresco preconizado pelos nobiliários¹². Esse quadro mais amplo enquadra o comportamento sorrateiro de Portocarreiro, sobretudo porque posto em combinação com outras habituais transgressões do circuito cavaleiresco, como um claro fator de depreciação.

Já fizemos notar que as narrativas linhagística são altamente polivalentes – não apenas porque dialogam com outros textos e narrativas, como nesse caso em que existe um diálogo intertextual que contrapõe modelos e contramodelos de vassalidade, mas também porque elas costumam conceder involuntariamente uma voz a outras visões de mundo que são ordinariamente rejeitadas pelos responsáveis mais diretos da compilação dos nobiliários. Assim, se antes de mais nada existe um código cavaleiresco a ser enaltecido, a personagem de Raimundo Portocarreiro nos traz o ponto de vista do nobre oportunista, que pouca atenção dá ao conjunto de valores feudo-vassálicos. Além disto, esse mesmo personagem canaliza o ponto de vista de uma fração da nobreza que concede muito pouco peso aos aspectos sagrados da realeza, desprezando o peso simbólico das insígnias régias. Mas é talvez ao próprio projeto monárquico centralizador que se concede uma voz, uma vez que o ponto de vista da realeza é também bastante eloquente nos entretidos da narrativa.

Das quatro infrações explicitamente reunidas para compor a figura do nobre traidor, já combinadas às referências implícitas da mentira e da falsidade, chama atenção a especial disforização do ‘desrespeito às insígnias régias’. Levando “seu prepono vestido de seus sinaes e seu escudo e seu pendom ante si”, nem por isto o rei deixa de receber “grandes seetadas e mui grandes pedradas no seu escudo e no seu pendom”. A narrativa enuncia-se, sem querer, um pequeno âmbito de privilégios que separa a figura do rei do comum dos nobres. É somente o rei que tem esses símbolos especiais que devem ser protegidos da desonra em virtude de seus aspectos sagrados. O rei aparece nas reentrâncias desses detalhes narrativos como uma figura especial que se separa da nobreza comum – novamente uma cabeça que se situa altivamente acima do corpo social – ou então como um personagem que vem carregando de sacralidade e que transcende o próprio corpo social pelo do papel de representante de Deus junto aos seus governados. O papel da transcendência da figura régia, fazendo-se dela uma figura singular que até mesmo pode superar o âmbito dos valores cavaleirescos, não está naturalmente ausente do conjunto de narrativas dos livros de linhagens, mas na verdade é bastante excepcional.

Mas a narrativa de que presentemente nos ocupamos chama atenção também para a questão da apropriação régia da instituição vassálica. O relato atende aos interesses dos reis ibéricos que se esforçaram desde essa época em consolidar em torno de si uma rede de

¹¹ KRUS, L. *A concepção nobiliárquica do espaço ibérico (1280- 1380)*. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1994. p 145-6

¹² Ver a LL 7A5-7, sobre o “Conde Froia Bermudes”, em que encontramos uma passagem pronunciada pelo personagem régio contra um nobre honrado que se encontra entre seus oponentes: “Fazed vosso combatimento o mais aficado que poderdes, ca o conde Dom Froiaz Vermuiz de tal feito é que nom comete nenguem se lhe tem as costas voltas”.

vassalagem direta. É por isso que pôde encontrar tão grande acolhida mesmo na corte dos reis que um dia se haviam beneficiado da traição vassálica sobre os seus antecessores. Faremos nossas primorosas observações encaminhadas por José Mattoso a respeito da apropriação das narrativas sobre traições vassálicas:

“O objetivo a atingir fazia esquecer que as feias traições tinham sido feitas por pais ou avôs de quem ainda viva nesta altura. E ao rei interessava também que não lhe fizessem o mesmo que tinham feito ao antecessor”¹³

Encerramos este artigo com a análise de uma narrativa que traz indiretamente à tona a questão da apropriação régia dos valores e práticas intervassálicas, com a contraparte dos novos problemas que deve a nobreza enfrentar diante dessa manipulação dos seus próprios valores. Dito de outra forma, favorecer a livre integração do imaginário régio ao corpo nobiliárquico também pode trazer um ônus para a nobreza. A narrativa que se segue, referente ao famoso caso do “Alcaide de Celorico”, tornou-se uma referência obrigatória da época para os modelos ideais de comportamento cavaleiresco e de observância vassálica. Ela também enfoca dois modelos de atitudes régias: a do rei manipulador, que obstaculiza de uma maneira ou de outra o andamento dos trâmites vassálicos, e o dos reis bem intencionados que se esmeram eles mesmos em se tornarem os maiores entre os grandes conhecedores do código vassálico – o que se associa, de certa maneira, ao já referido aspecto da construção da imagem do rei como um paradigma máximo para a nobreza.

O personagem principal de nossa narrativa é um dedicado nobre que busca atingir os limites do perfeccionismo em termos de observância dos preceitos vassálicos e cavaleiresco. É já o próprio parágrafo introdutório da narrativa que se ocupa de explicitar o papel didático do texto, apresentando o relato em sua função de *exemplum*:

“E este Martim Vaasques de Cuinha [...] teve o castelo de Celorico de Basto, que era d’ arras, e teve-o em tempo d’ rei dom Dinis. E porque fez por El façanha mui boa, como mui boo cavaleiro, posemos em este livro como passou, pêra saberem os bôos que tiverom castelos e lhos nom queresem filhar aqueles de que os tem, seendo em paz e em assessego e sem cerco, como os podem leixar sem erro”

Depois desse esclarecimento inicial, o cronista inicia o relato propriamente dito. O problema é imediatamente colocado, tanto no parágrafo introdutório como no início das narrativas. Temos um alcaide que, responsável através da homenagem feudo-vassálica pela guarda de um castelo. Resolve desobrigar-se pacificamente de duas obrigações vassálicas. Mas o rei-suserano recusa-se a aceitar o castelo de volta, não concordando em liberar o nobre de suas responsabilidades antes assumidas. Isso coloca um problema novo, que se expressa na angústia desse nobre que tem em alta conta a correta observância da ética cavaleiresca. Inicialmente o

¹³ MATTOSO, José. *A nobreza medieval portuguesa*. P.285.

fidalgó procura a rainha-mãe, a quem o patrimônio pertencia primordialmente, mas esta resolve encaminhá-lo ao rei Dom Dinis:

“Veio-lhe a querer dar seu castelo, e ela disse que o desse a El rei Dom Dinis, seu filho, e ela que Le quitava a menagem que lehe por ele tinha feita. E El veio a El rei, a dizer que filhasse seu castelo e frontar-lhe muitas vezes, e ele nom lho queria filhar, por querela que havia dele, porque doestara uu bispode Lixboa que era seu privado, que havia nome Dom Domingos Jardo”

Ocorre que o rei tem desavenças o com o nobre, e resolve manipular a situação para deixar o antigo vassalo em uma situação constrangedora. Bom conhecedor da ética vassálica, o rei Dom Dinis parece pretender empregar esse conhecimento para uma pequena vingança pessoal: imagina que se não liberar o bom vassalo de suas obrigações, este só poderá abandonar o castelo em condições não-cavaleirescas, o que para um nobre de quilate do Alcaide de Celorico seria pior do que a morte. O equilíbrio cavaleiresco foi perturbado: contra a sua própria vontade, o honrado nobre encontra-se subitamente ameaçado de ser lançado no âmbito da transgressão cavaleiresca. A crise se instaura, e só resta ao fidalgo partir em busca de uma força interventora que lhe indique uma forma adequada de suspender dentro da legitimidade o seu vínculo vassálico:

“E o cavaleiro, veendo que lho nom queria filhar El rei per nem ua guisa o castelo, houve d’ir a Alemanha e a Lombardia e a Inglaterra e a França e a Cezilia e a Navarra e a Aragom e a Castela e a Leom, e preguntou todolos reis e todolos príncipes e a todolos altos homees de totalas terras, como podeira leixar aquele castelo a seu salvo, pois que lho rei nom queria tomar”

A saída encontrada pelo nobre é uma viagem completa pelo acidente cristão, com o fito de pesquisar junto aos maiores conhecedores da ética cavaleiresca uma solução para o problema que lhe fora colocado. Trata-se de uma passagem particularmente interessante, pois apresenta o ideário cavaleiresco como um grande patrimônio associado a toda nobreza e realeza européias. Os reis de todas as partes são colocados no ápice da pirâmide dos bons conhecedores dos preceitos vassálicos e cavaleirescos. A imagem desses ‘bons reis’, dispostos a *solucionar* o problema cavaleiresco, é construída nessa narrativa por contraste com a imagem de um Dom Dinis que, pelo menos nesse relato, apresenta-se como um ‘mau rei’ que acabara de *criar* um problema cavaleiresco. A predisposição para a ‘busca de soluções’ e a predisposição para a ‘criação de problemas’ – eis a dicotomia que polariza os dois modelos régios construídos para esta narrativa.

Depois dos reis, é também, aos ‘homens bons’ de todas as terras que o Alcaide Celorico vai consultar, o que também coloca a narrativa que ora abordamos dentro da rede temática da ‘solidariedade nobiliárquica’. A solução que todos lhe oferecem – assumindo portanto os ares de uma solução oriunda da sabedoria coletiva – resulta em uma das mais notáveis passagens do Livro de Linhagens, iniciando-se com um verdadeiro registro que deixa entrever um pouco da vida cotidiana de um castelo medieval, tal a sua riqueza de detalhes:

“E todos lhe disseron que entrasse no castelo e que metesse uu galo e a galinha e o gato e a cam e sal e vinagre e azeite e pam e farinha e vinho e agua e carne e pescado e ferradura e cravos e beesta e seetas e ferro e baraço e lenha e moos e alhos e cabolas e escudo e lança e cuitelo ou espada e capelo ou capelina e carvom e foles de ferreiro e fozil e isca e pederneira e pedras per cima do muro e que fezesse fogo em ua das casas em guisa que se veesse a salvo”

Essa pequena lista nos parece querer ensinar algo sobre a vida material de um castelo medieval. De fato, é a própria vida do castelo que será posta para fora, até que não reste senão o nobre vassalo responsável pela sua guarda:

“E depois que todos esto fezesse, que posesse todos fora do castelo, e que ficasse El dentro, e que çarrasse as portas e as tapasses de dentro do castelo, e depois que sobisse no muro e que atasse uu baraço em ua das ameas, e que se saísse pelo baraço, em uu cesto, e depois que atasse no cabo do baraço ua pedra ou uu cepo, em guisa que tornasse o baraço dentro, per cima do muro... E depois, que se acolhesse a uu cavalo e que fosse dizendo por suas freeguesias: ‘Acorede ao castelo d’el rei, que se perde’. Acorede ao castelo d’el rei, que se perde’. E quando fosse por estas três freeguesias; asi dizendo, que nunca parasse mentes trás si.”

O complicado estratagema não tem valor em si mesmo, senão pelo conjunto de atitudes evocadas ao longo da narrativa – desde a busca de solidariedade nobiliárquica para resolver o intrincado problema cavaleiresco que fora gerado pela má-fé do suserano, até a incansável dedicação do próprio vassalo para limpar seu nome de qualquer suspeita de transgressão cavaleiresca. Como conselho concreto para solucionar situações semelhantes, é duvidoso que o complicado artifício recomendado ao Alcaide Celorico pudesse ter qualquer valia. Já como *exempla* destinados a ensinar um estado de espírito aos futuros cavaleiros e alcaides, a narrativa e o modelo do Alcaide de Celorico cumpriram seu papel de focos simbólicos para a reflexão cavaleiresca.

Os dois últimos parágrafos reafirmam a solidariedade dos reis e cavaleiros para como o nobre bem intencionado, sugerindo a existência imaginária de uma grande comunidade cavaleiresca regrada pelo espírito de correção e pelo ideário cavaleiresco:

“E este conselho lhe derom e lhe mandaram que assi o fezesse, e os reis e outros príncipes e altos senhores e homees e filhos d’algo a que ele perguntou. E diziam os reis todos a cada uu deles que se El rei de Portugal dissesse que o cavaleiro nom fazia direito em esto e o que devia, que cada uu deles lhe meteria as mãos. E esto meesmo deziam os altos senhores, príncipes e duque s e condes e altos homees. E o conde Dom Gonçalo, que entom era, e outros homens bõos e ricos que em Portugal havia, se quisessem dizer que o cavaleiro non fezera dereito, que eles meteriam as mãos. E eso meesmo deziam os cavaleiros e filhos d’algo das outras terras aos filhos d’algo de Portugal, que lhes meteriam aos mãos, se dissessem que o cavaleiro non fezera dereito. E todo esto trouxe Martim Vaasques por escripto e assinado per mãos de notairos das terras, e trouxe cartas dos reis e dos príncipes e dos altos homees sobre esto, assinados por eles.

E este Martim Vaasques de Cuiha leixou o castelo de Celorico pela maneira que lhe mandaram os reis e outros altos homees, e fez dos boos feitos que nunca formo feitos em Espanha, ea poderem os fidalgos leixar os castelos sem vergonha, quando lhos nom quiserem tomar aqueles de que os teem.

E esta boa façanha ficou pera sempre”

A “boa façanha”, diga-se de passagem, não fora senão a obstinação honrosa em resolver o problema cavaleiresco – sendo precisamente essa obstinação que deve servir de matriz para casos futuros, o estratagema em si mesmo. Para além disto, atente-se no trecho acima para o que parece consistir em uma verdadeira declaração de existência de uma grande comunidade nobiliárquica trans-européia e cristã, particularmente preocupada com a preservação da vida cavaleiresca exemplar e pronta a prestar solidariedade à boa nobreza de todos os reinos. Dessa comunidade ideal fariam parte tanto os reis como os fidalgo. ‘Nenhum rei está acima da verdade cavaleiresca’ – mais uma vez verificamos a difusão dessa mensagem.

A noção de uma grande comunidade de nobre e reis, prontos a lutar pela justiça e pela preservação da honra de cada um de seus ‘bons nobres’, consiste obviamente em uma idéia tão fantasiosa como a longa viagem que teria feito o Alcaide de Celorico por todos os reinos da Europa. O que importa, contudo, é o valor imaginário atribuído a essa proposição que situa cada rei individual abaixo de um conjunto maior de preceitos cavaleirescos, e de uma grande rede de solidariedade nobiliárquica prontas a reagirem contra toda a injustiça e transgressão. Aprisionado pela faixa do sombreamento cavaleiresco e pela rede de relações nobiliárquicas, o rei dos nobiliários em algumas ocasiões se mostra ameaçado de torna-se não mais do que um nobre como todos os outros – ainda que um nobre que almeje se projetar com o mais valoroso dos cavaleiros que com ele compõem o coeso corpo nobiliárquico.

Referências

- BARROS, José. *As três imagens do rei – o Imaginário Régio nas narrativas dos livros de linhagem e nas cantigas trovadorescas*. Niterói: UFF, 1999. Tese de Doutorado.
- KRUS, Luis. *A concepção nobiliárquica do espaço ibérico (1280-1380)*. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1994.
- MATTOSO, José. *A Nobreza Medieval Portuguesa*. Lisboa: Estampa, 1975.
- PEDRO, Conde Dom. *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*. Ed. José Mattoso. “Nova Série” dos Portugaliae Monumenta Historiaca. Lisboa: A.C.L., 1980.